



DECISÃO DE RECURSO

Recurso ao DREI nº 14021.130060/2022-36

Processo JUCESC nº 22/336572-6

Recorrentes: Júlio Ramos Luz, Simone Wenning, Roger Wenning, Marcus Rogério Araújo Samoel, Diorgenes Valério Jorge, Michele Pacheco da Rosa Sandor, Anderson Luchtenberg e Paulo Roberto Worm.

Recorrido: Plenário da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

I. Leiloeiro Público. Denúncia de atuação conjunta por grupo de Leiloeiros Públicos Oficiais. Sociedade de fato. Não observância.
II. Recurso conhecido e provido.

RELATÓRIO

1. Trata-se de Recurso ao DREI interposto pelos Leiloeiros Públicos Oficiais Júlio Ramos Luz (AARC 162); Simone Wenning (AARC 276); Roger Wenning (AARC 340); Marcus Rogério Araújo Samoel (AARC 335); Diórgenes Valério Jorge (AARC 332); Michele Pacheco da Rosa Sandor (AARC 358); Anderson Luchtenberg (AARC 313) e Paulo Roberto Worm (AARC 333) contra decisão do Plenário de Vogais da JUCESC, que deliberou pela procedência da denúncia, aplicando a penalidade de destituição, em razão da tipicidade da conduta dos leiloeiros denunciados que atuaram conjuntamente na formação de sociedade de fato.

2. O processo administrativo em comento originou-se a partir de uma denúncia apresentada pelo Sindicato dos Leiloeiros Oficiais dos Estados do Paraná e de Santa Catarina em face de doze leiloeiros: **Júlio Ramos Luz; Simone Wenning; Roger Wenning; Marcus Rogério Araújo Samoel; Diorgenes Valério Jorge; Michele Pacheco da Rosa Sandor; Anderson Luchtenberg; Paulo Roberto Worm; Agenor Luiz Silveira; Eduardo Antônio Sausen; Etila Weiss da Costa e Valmir Antonio Claudino**, sob argumentos de que (fls. 2 a 18 - SEI 28741815):

(...)

Os denunciados ao arrepio da legislação vêm atuando em verdadeira sociedade empresarial, fato este, comprovado e atestado pelo Município de Joaçaba/SC, no curso do julgamento das propostas referente ao Edital de Credenciamento de Leiloeiros Públicos Oficiais nº 127/2018, cuja Ata (doc.06), a seguir é parcialmente transcrita:

"(...) Os envelopes das demais proponentes (AGENOR LUIZ SILVEIRA, MARCUS ROGÉRIO ARAÚJO SAMOEL, PAULO ROBERTO WORM, VALMIR ANTÔNIO CLAUDINO, MICHELE PACHECO DA ROSA, ROGER WENNING, DIORGENES VALÉRIO JORGE, JÚLIO RAMOS DA LUZ, ETLA WEISS DA COSTA, ADERSON LUCHTENBERG E, SIMONE WENNING) foram analisados e rubricados, no aspecto formal, as proponentes deixaram de atender a todas as exigências do edital, pois foram verificadas as seguintes ocorrências:

- a) Todas possuem o mesmo layout nos documentos apresentados para o credenciamento, inclusive com grifos, fontes e destaques idênticos;
- b) Todos os envelopes foram protocolados pela mesma pessoa no final da tarde de ontem, conforme vídeo das câmeras de segurança do prédio do paço municipal,
- c) O número da caixa postal apresentado é igual entre os diversos proponente (...)

Todos os denunciados possuem sites (...) o que se verifica é que o leiloeiro anunciado no site não tem o registro do domínio - a maioria estão registrados em nome de Júlio Ramos Luz, outros em nome de MAGNA COMÉRCIO, ASSESSORIA E SERVICOS LTDA. e, Valmir Antônio Claudino (doc. 07) - forte indício de que os denunciados agem em associação e sócios ocultos de sociedade empresarial.

(...)

Cumpre, ainda, informar que o site: leiloador.com.br, cujo domínio está registrado em nome de Júlio Ramos Luz, (doc. 08) é de uso comum do grupo empresarial, pois só traz publicações dos leilões a cargo dos leiloeiros ora denunciados.

Há fortes indícios evidenciando que o denunciado Júlio Ramos Luz, atua como "sócio oculto e majoritário" na empresa Magna Comércio, Assessoria e Serviços LTDA-ME, inscrita no CNPJ nº 04.465.909/001-76, cujo Quadro de Sócios Administradores - QSA, aponta as Sras. Simone Giacomozzi - esposa de Roger Wenning e, a já falecida Onélia Ramos Luz - a 1ª se apresenta como concunhada e a 2ª é genitora de Júlio Ramos Luz e, como se verifica do Edital Leilão Público nº 110/2018, promovido pelo Município de Jaraguá do Sul, conduzido pelo Leiloeiro Público Oficial, Valmir Antônio Claudino, AARC/274, no qual previa no item 1.8 Dos Recursos Arrecadados, que a comissão do leiloeiro deve ser depositada, na Conta Corrente 123.613 X, Agência 3420-7, do Banco Brasil, vinculada ao CNPJ nº 04.465.909/0001-76 (CNPJ e conta corrente da Magna).

A empresa MAGNA (www.magnaseerv.com.br) tem como responsável pelo registro do domínio o SR. Júlio Ramos Luz (doc. 10) corroborando ou, ao menos, demonstrando forte indício de que o denunciado é mesmo um dos sócios ocultos da sociedade empresária.

(...)

Todavia, ao acessar o site Tocha Leilões que tem como Leiloeiro Oficial Valmir Antônio Claudino (**leiloeiro já destituído**) (<http://www.tochalieleos.com.br/tocha/>), o domínio está registrado em nome de Julio Ramos Luz, ali se verifica: primeiro que o Leiloeiro Valmir continua no pleno exercício da profissão (doc. 14); segundo que a maioria das publicações são do Leiloeiro Julio Ramos Luz, e as demais, de alguns dos leiloeiros ora denunciados (doc. 20)

(...)

Por derradeiro, vem a confissão - a rainha das provas: h) Em diligência foi realizado contato telefônico através do nº 47 3525-4742 com o Sr. Júlio o qual afirmou que "Onze leiloeiros atuam naquele endereço que cada um tem sua sala, mas dividem custos' que 'se um deles realiza um leilão de um milhão de reais e outro de cem mil reais, todos se ajudam'." (...) k) Todos apresentaram um endereço quando do credenciamento é outro na sua proposta."

3. O Secretário Geral da JUCESC, no dia 26 de março de 2019, encaminhou a denúncia realizada pelo Sindicato dos Leiloeiros Públicos Oficiais e Empresas Organizadoras de Leilões dos Estados do Paraná e Santa Catarina, contra o grupo de leiloeiros que atuam como sociedade empresária, dentre outras ilegalidades, sugerindo a abertura de processo administrativo, no qual foi admitido pelo Presidente da Junta Comercial, ao passo que, com força no art. 50 da IN DREI nº 17/2013, ordenou a instauração do processo administrativo JUCESC 336/2019 (fls. 244 e 245 - SEI 28741815).

4. Devidamente intimados, os leiloeiros apresentaram contrarrazões, sob os seguintes argumentos (fls. 246 a 252 - SEI 28741815):

O que se tem, a bem da verdade, diferente do que tenta fazer crer a denúncia, é que os leiloeiros dividem apenas o espaço físico, isso para a diminuição de gastos, prática, inclusive, utilizada por inúmeros profissionais liberais.

Neste norte, o espaço utilizado pelos leiloeiros pode ser o mesmo, contudo cada um atua de forma separada, sempre respeitando o que reza a Lei que regulamente a classe profissional. Direito personalíssimo = CADA UM TEM UMA MATRÍCULA, (...)

A situação dos sites dos profissionais também não merece prosperar, até porque cada Leiloeiro possui o seu sítio, uma vez que todos têm em seus cabeçalhos, os nomes e matrículas dos Leiloeiros. O que são compartilhados é apenas os Editais, ou seja, existe aqui uma forma de companheirismo, uma união da classe, para que os Leiloeiros possam efetuar a venda dos bens o mais rapidamente possível, beneficiando, assim, o Judiciário e os demais Órgãos Públicos, que esperam a divulgação dos leilões e a venda do patrimônio.

Esta situação não caracteriza qualquer associação, tanto que, cada leiloeiro é responsável pela

venda do objeto para o qual foi contratado, contudo, quanto maior for a divulgação, mais sites, mais mídia anunciando, maior a chance de se obter sucesso nas vendas. Função elementar e básica do Leiloeiro.

5. Ao final, os leiloeiros requereram que fosse rejeitada a denúncia, por faltar justa causa para o exercício do processo, haja vista que os denunciados jamais praticaram qualquer ato narrado na denúncia (fl. 252 - SEI 28741815).

6. A Procuradoria da JUCESC, por meio do PARECER N° 135/21-PROJUR, ressaltou que em relação ao lapso temporal de tramitação do procedimento, que inicialmente houve o "sobrestamento" da análise dos processos de fiscalização de leiloeiro em razão da iminência de uma nova instrução normativa DREI, que foi publicada no D.O.U. em 20 de dezembro de 2019 - IN DREI 72/2019. E, em um segundo momento, o "sobrestamento" deu-se em virtude da pandemia (covid-19), diante da necessidade de adequação e migração de processamento físico para digital. Não obstante, não verificaram qualquer prejuízo ao andamento dessas demandas, tampouco a ocorrência da extinção da punibilidade, uma vez que a instauração do processo administrativo de apuração da irregularidade interrompe a prescrição, inteligência do art. 91, §2º, da IN DREI n° 72/2019. Por fim, registrou que a denúncia restou prejudicada em relação aos leiloeiros Agenor Luiz Silveira - AARC n° 341 e Valmir Antonio Claudino - AARC n° 274, uma vez que já foram destituídos (fl. 258 - SEI 28741815).

7. No mérito, a Procuradoria da JUCESC concluiu pela aplicação da pena de destituição, pois, entendeu que o grupo descumpriu os deveres funcionais, atuando conjuntamente na forma de sociedade, em descumprimento da previsão contida no arts. 11 e 36 do Decreto n° 21.981/32 e art. 30 da IN DREI n°17/2013 (fls. 257 a 260 - SEI 28741815):

(...)

De acordo com o art.11 do Decreto n° 21.981/32, "**O leiloeiro exercerá pessoalmente suas funções, não podendo delegá-las, senão por moléstia ou impedimento ocasional em seu preposto.**"

A previsão da IN DREI N°17/2013 não destoa:

Art. 30. É pessoal o exercício das funções de leiloeiro, que não poderá exercê-las por intermédio de pessoa jurídica e nem delegá-las, senão por moléstia ou impedimento ocasional, a seu preposto, cabendo ao leiloeiro comunicar o fato à Junta Comercial.

Ademais, consoante o Decreto n°21.981/32, é proibido ao leiloeiro, sob pena de destituição, a constituição de sociedade:

Art. 36. É proibido ao leiloeiro:

a) sob pena de destituição

1º, exercer o comércio direta ou indiretamente no seu ou alheio nome;

2º, constituir sociedade de qualquer espécie ou denominação;

[...]

Parágrafo único. Não poderão igualmente os leiloeiros, sob pena de nulidade de todos os seus atos, exercer a profissão aos domingos e dias feriados nacionais, estaduais ou municipais, delegar a terceiros os pregões, nem realizar mais de dois leilões no mesmo dia em locais distantes entre si, a não ser que se trate de imóveis juntos ou de prédios e móveis existentes no mesmo prédio, considerando-se, nestes casos como de um só leilão os respectivos pregões.

Sendo assim, verifica-se a tipicidade da conduta dos leiloeiros denunciados que, ao atuarem conjuntamente na forma de sociedade (ainda que de fato), estão sujeitos a pena de destituição.

8. Os autos foram submetidos à análise do Vogal Relator, que no dia 30 de agosto de 2022, proferiu seu voto pela procedência da denúncia e aplicação de pena de destituição e, consequentemente cancelamento da matrícula do grupo de leiloeiros, com base no art. 36, letra "a", inciso 2º, do Decreto n° 21.981/1932, pois, os leiloeiros descumpriram com seus deveres funcionais ao configurarem a tipicidade de

sociedade (fls. 262 a 265 - SEI 28741815).

9. Submetido a julgamento, o Plenário de Vogais da JUCESC, em sessão ordinária realizada no dia 1º de setembro de 2022, deliberou por unanimidade dos votos, pela pena de destituição e consequente cancelamento da matrícula do grupo de leiloeiros, com fundamentação no art. 36, letra "a", inciso 2º, do Decreto nº 21.981/1932 (fl. 11 - SEI 28741799).

10. Irresignados com a decisão do Plenário da JUCESC, oito leiloeiros (**Júlio Ramos Luz, Simone Wenning, Roger Wenning, Marcus Rogério Araújo Samoel, Diorgenes Valério Jorge, Michele Pacheco da Rosa Sandor, Anderson Luchtenberg e Paulo Roberto Worm**) interpuseram, tempestivamente, o presente recurso. Os recorrentes alegam que processo que tramitou perante a JUCESC esteve parado por mais de 3 anos, incidindo sobre tal a prescrição intercorrente. Afirmam, também, a não observância do caminho *iter criminis* e do princípio da individualização da conduta. O grupo requer que seja retirada a palavra destituída da situação dos Recorrentes do site da JUCESC, pois a decisão não transitou em julgado, pleiteando efeito suspensivo e destacam pontos como (fls. 3 a 23 - SEI 28741791):

(...) o denunciante atua a priori como representante de pregoeiros e empresas que organizam leilões??? É isso mesmo, eles podem se organizar para a excelência nos serviços prestados, todavia os denunciados não podem compartilhar o mesmo espaço, telefone, divulgarem os Editais entre si, onde o interessado ao clicar no link será direcionado para a página do leiloeiro encarregado com todas as informações acerca do leilão ou praça, inclusive aqui há o caráter PERSONALÍSSIMO da atuação destes.

O que ocorre é somente a ampla divulgação em seus sites de outros leilões, exemplo (Leiloeiro X fará o leilão de avião, Leiloeiro Y de um semovente, Leiloeiro Z de uma Ferrari) e ao entrar na página ao clicar no bem que interesse ao usuário este será dirigido à página do Leiloeiro responsável não o fato de estarem na mesma página não confere ou demonstra que os leilões são realizados por todos indistintamente, sem o caráter PERSONALÍSSIMO.

(...)

Não existe nenhum comprovante de AR ou alguma outra prova das citações/intimações destes em que os mesmos tenham recebido.

Na verdade, os Recorrentes, com exceção do SR. Júlio, só ficaram cientes da presente denúncia, quando foram intimados da decisão, ora objurgada.

(...)

Por ocasião da sessão de julgamento, o leiloeiro deverá ser intimado, com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis, para, querendo, apresentar defesa oral - art. 97, §7º e 8º, da IN DREI nº 72/2019.

No entanto, mais uma vez, os recorrentes tiveram seu direito a defesa cerceado pela comissão julgadora, pois também não foram intimados da sessão do julgamento.

11. Ao final, os recorrentes almejam a reforma da decisão do Plenário da JUCESC.

12. Por meio do PARECER Nº PAR 108/22-PROJUR, a Procuradoria da JUCESC se manifestou pela manutenção da decisão do Plenário, pelo fato de que (fls. 465 a 468 - SEI 28741791):

A respeito da suspensão dos efeitos dos recursos prevê o artigo 61, parágrafo único, da Lei nº 9.784/99:

Art. 61. Salvo disposição legal em contrário, o recurso não tem efeito suspensivo.

Parágrafo único. Havendo justo receio de prejuízo de difícil ou incerta reparação decorrente da execução, a autoridade recorrida ou a imediatamente superior poderá, de ofício ou a pedido, dar efeito suspensivo ao recurso.

Ainda, a Lei nº 8.934/94, ao tratar do processo revisional pertinente ao Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins, assim determina:

Art. 49. Os recursos de que trata esta lei não têm efeito suspensivo.

(...)

Art. 127. As decisões proferidas em sede de Recurso ao Plenário se efetivam de imediato, salvo

tratando-se de vício sanável, quando o interessado deverá retificá-lo no prazo de trinta dias, sob pena de desarquivamento, bem como demonstração de justo receio ou de prejuízo de difícil ou incerta reparação.

(...)

Portanto, em razão do justo receio de prejuízo de difícil ou incerta reparação entende-se pelo deferimento do pedido de atribuição de efeito suspensivo ao recurso.

(...)

Em que pesem as alegações de ausência de intimações dos recorrentes, entende-se que a pretensão não merece prosperar. Seja porque no Processo JUCESC 336/2019 constam as intimações expedidas, publicações no diário oficial e defesas pelos interessados, seja porque houve sustentação oral, na sessão plenária do dia 01/09/2022, por advogado devidamente constituído.

(...)

Destaca-se, de antemão, que não se vislumbram razões para alterar o entendimento já proferido por esta Procuradoria Jurídica no Parecer nº 135/2021, exarado nos autos do Processo JUCESC 336/2019, uma vez que a pretensão dos recorrentes não encontra amparo na legislação vigente.

(...)

Conforme se observa, restou comprovado que os recorrentes atuam como verdadeira sociedade empresária, ainda que de fato, caracterizando, portanto, conduta vedada pela legislação pertinente.

13. O Presidente da JUCESC acolheu o Parecer nº 108/22-PROJUR, da Procuradoria Jurídica, e deferiu o pedido de atribuição do efeito suspensivo ao recurso (fl. 470 - SEI 28741791).

14. A seu turno os autos do processo foram remetidos à consideração deste Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração (DREI).

15. Considerando os termos do art. 47 da Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, com redação dada pela Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019, que atribui competência a este Departamento para julgar o recurso previsto no art. 44, III, da Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, passa-se à análise.

FUNDAMENTAÇÃO

16. Através do presente recurso, os Leiloeiros Públicos **Júlio Ramos Luz, Simone Wenning, Roger Wenning, Marcus Rogério Araújo Samoel, Diorgenes Valério Jorge, Michele Pacheco da Rosa Sandor, Anderson Luchtenberg e Paulo Roberto Worm** pretendem a reforma da decisão do Plenário de Vogais da JUCESC, que os impuseram a penalidade de destituição, em razão supostamente atuarem de maneira conjunta no exercício da profissão, contrariando as disposições do art. 36, letra "a", inciso 2º, do Decreto nº 21.981/1932.

17. Preliminarmente, cumpre registrar que compete às Juntas Comerciais fiscalizar a profissão de leiloeiro público, bem como impor penalidades quando forem praticadas condutas incompatíveis com a legislação. É o texto do Decreto nº 21.981, de 19 de outubro de 1932, que regula a profissão:

Art. 16. São competentes para suspender, destituir e multar os leiloeiros, nos casos em que estas penas são aplicáveis:

a) as Juntas Comerciais, com recurso para o ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, no prazo de 10 dias, nos casos de suspensão, imposição de multas e destituição, com efeito devolutivo, quando não se tratar dos casos do art. 9º e seu parágrafo.

18. Repisamos que, através do presente recurso, os recorrentes pretendem que seja revista a penalidade, no sentido de que seja revogada a pena de destituição. Por outro lado, a Procuradoria da JUCESC pretende que seja mantida a aplicação da penalidade.

19. Os leiloeiros argumentaram que ocorre apenas uma ampla divulgação dos leilões em seus *websites*, ao acessar a página e clicar no anúncio interessado, o mesmo será direcionado ao *website* do leiloeiro responsável, inexistindo delegação de função. Ademais, ressaltam que não encontraram nenhuma vedação na legislação ao uso compartilhado do espaço físico, telefone, papéis, *layouts* e divulgações de editais em sites de outrem ou que tais atos configuram atividade de sociedade de fato, motivo pelo qual o grupo requer que seja reformada a decisão.

20. Antes de adentrar no mérito, cumpre registrar que o processo administrativo em comento teve início em fevereiro de 2019, tendo sido proferida decisão em 1º/09/2022, contudo, não nos parece que ficou parado sem que fossem praticados os atos necessários, pois, conforme informação da junta comercial, *"com relação ao lapso temporal de tramitação do presente procedimento, que inicialmente houve o 'sobrestamento' da análise dos processos de fiscalização de leiloeiro em razão da iminência de uma nova instrução normativa DREI, que foi publicada no D.O.U. em 20 de dezembro de 2019 – IN DREI 72/2019. E, em um segundo momento, o 'sobrestamento' deu-se em virtude da pandemia do novo coronavírus (COVID-19), diante da necessidade de adequação e migração de processamento físico para digital."*

21. Assim, concordamos com a Procuradoria da JUCESC de que, conforme a inteligência do art. 91, §2º, da IN DREI nº 72/2019, a instauração de processo administrativo interrompe a prescrição, de modo que analisaremos o mérito do recurso.

22. Adicionalmente, os leiloeiros alegam nulidade em relação a intimação, contudo, não demonstram qualquer prejuízo. Nesse ponto, importante destacar o princípio de *"pas de nullité sans grief"*, segundo o qual não há nulidade sem prejuízo, ou seja, o ato não será declarado nulo quando não causar prejuízo.

25. Importante frisar que o prejuízo e a sua aferição são fundamentais para o reconhecimento da nulidade, ou seja, não basta que o prejuízo seja apenas potencial, presumido, decorrente de inobservância de forma ou formalidade prescrita em lei; é imprescindível que seja amplamente discutido em termos concretos, devendo ser evidenciado, demonstrado, comprovado, levando em consideração as características de cada caso concreto, para que o ato irregular seja reconhecido como nulo, deixando de produzir seus efeitos e possa ser refeito.

27. Nesse contexto, para que um ato seja declarado nulo, as partes envolvidas devem arguir a irregularidade do ato e argumentativamente comprovar a existência desse prejuízo, o que não ocorre no recurso ora em comento. Ademais, verificamos que os leiloeiros apresentaram defesa conjunta e foram representados por advogado na sessão plenária.

29. Realizadas as considerações acima, no mérito, não podemos considerar que o *"compartilhamento de endereço e telefone por diversos leiloeiros aliado à realização e divulgação conjunta de leilões em sites cuja propriedade de domínios concentrasse praticamente em apenas um leiloeiro"*, induz à formação de uma sociedade empresária.

30. Ademais, não há qualquer vedação legal para um sistema de parceria, inclusive mediante o OFÍCIO SEI Nº 186009/2020/ME, juntado aos autos, houve manifestação do DREI em consulta da Junta Comercial, no sentido de que não há vedação legal para compartilhamento de sites ou salas de escritórios, por leiloeiros.

31. Sobre o argumento de integrarem sociedade, nos termos do Código Civil, considera-se

empresário quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços. Já, por sociedade, tem-se a organização econômica dotada de personalidade jurídica e patrimônio próprio, constituída, ordinariamente, por uma ou mais pessoas, que têm como objetivo a produção ou troca de bens ou serviços com fins lucrativos.

32. As sociedades empresárias, independente do objeto a que se dedicam, devem se registrar na Junta Comercial do Estado em que estão sediadas:

Art. 3º Os serviços do Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins serão exercidos, em todo o território nacional, de maneira uniforme, harmônica e interdependente, pelo Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis (Sinrem), composto pelos seguintes órgãos:

(...)

II - as Juntas Comerciais, como órgãos locais, com funções executora e administradora dos serviços de registro.

(...)

Art. 8º Às Juntas Comerciais incumbe:

I - executar os serviços previstos no art. 32 desta lei;

(...)

Art. 32. O registro compreende:

(...)

II - O arquivamento:

a) dos documentos relativos à constituição, alteração, dissolução e extinção de firmas mercantis individuais, sociedades mercantis e cooperativas;

b) dos atos relativos a consórcio e grupo de sociedade de que trata a [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#);

c) dos atos concernentes a empresas mercantis estrangeiras autorizadas a funcionar no Brasil;

d) das declarações de microempresa;

e) de atos ou documentos que, por determinação legal, sejam atribuídos ao Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins ou daqueles que possam interessar ao empresário e às empresas mercantis;

33. Diante dos fatos relatados no processo, entendemos que o grupo de Leiloeiros não integram sociedade empresária ou deixaram de exercer em nome próprio seus deveres funcionais. O mero fato de compartilharem do mesmo endereço e telefone ou trabalharem em cooperação para ampla divulgação de seus editais não infringe nenhuma norma que regulamenta a profissão da leiloeira.

34. Apenas à título de ilustração, médicos, advogados e outros profissionais compartilham seus endereços e telefones com outros colegas de profissão, com finalidades de diminuir despesas, construir uma rede de apoio e afins, embora atuam individualmente em suas funções.

35. Vejamos que o compartilhamento de espaços e recursos utilizados por profissionais autônomos e empresas de telemarketing, por exemplo, vem sendo muito utilizada com a denominação de "Coworking", que nada mais é que¹:

Coworking, cotrabalho, trabalho colaborativo ou trabalho cooperativo, é um modelo de trabalho que se baseia no **compartilhamento de espaço e recursos de escritório, reunindo pessoas que não trabalham necessariamente para a mesma empresa** ou na mesma área de atuação, podendo inclusive reunir entre os seus usuários os profissionais liberais, empreendedores e usuários independentes.

36. Nesse sentido, não concordamos com aplicação da penalidade, visto que a **destituição é a pena cabível quando o leiloeiro constitui sociedade** e, no caso narrado **não existe nenhum registro**

formal na Junta Comercial ou no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ vinculado à esses leiloeiros.

37. Acerca do argumento de que "restou comprovado que os recorrentes atuam como verdadeira sociedade empresária, ainda que de fato", não vislumbramos provas capazes de auferir a existência de uma sociedade de fato, pois, conforme já exposto o compartilhamento de espaços físicos e/ou virtuais, bem como propostas "idênticas" realizadas por cada um dos leiloeiros em licitações, não configura uma sociedade.

38. Dessa forma, no presente caso não cabe interpretação ampliativa do conceito de sociedade e, por consequência a aplicação da penalidade de destituição ao grupo de leiloeiros, sob pena de violação ao princípio constitucional da legalidade. Vejamos o que a IN DREI nº 52², art. 75, dispõe sobre a destituição de leiloeiros:

Art. 75. É proibido ao leiloeiro:

I - sob pena de destituição e consequente cancelamento de sua matrícula:

a) integrar sociedade de qualquer espécie ou denominação;

b) exercer o comércio, direta ou indiretamente, no seu ou alheio nome;

(...)

39. Note-se que a destituição é cabível quando o leiloeiro integrar sociedade ou exercer o comércio. Ocorre que, não consta nos autos a informação de que o referido grupo integrou sociedade ou exerceu comércio.

40. Assim, a denúncia de uma conduta tida como irregular deve estar revestida de tipicidade e conter todos os elementos que comprovem a materialidade dos fatos, bem como ter sido objeto de análise por parte do órgão prolator da decisão. *"No direito administrativo disciplinar, exige-se que a acusação seja certa, objetiva, circunstanciada e o fato imputado ao servidor público subsumido em um tipo legalmente previsto, decorrendo tais exigências dos princípios da legalidade e da segurança jurídica."*³

41. Dessa forma, tem-se que a penalização requerida pela Procuradoria é juridicamente impossível diante da ausência de previsão legal, bem como pela impossibilidade de aplicar a analogia quando se trata de punição, conforme brocardo *"Nullum crimen, nulla poena sine praevia lege poenali"* – "O crime é nulo, a pena é nula sem prévia lei que o defina."

42. Nesse contexto, entendemos que as normas devem ser interpretadas com razoabilidade e que os órgãos de registro de empresas não devem criar exigências adicionais, desproporcionais e, que, principalmente, não encontram o devido amparo legal.

43. Nos termos da Lei da Liberdade Econômica *"interpretam-se em favor da liberdade econômica, da boa-fé e do respeito aos contratos, aos investimentos e à propriedade todas as normas de ordenação pública sobre atividades econômicas privadas."* Além do mais:

Art. 4º **É dever da administração pública** e das demais entidades que se vinculam a esta Lei, no exercício de regulamentação de norma pública pertencente à legislação sobre a qual esta Lei versa, exceto se em estrito cumprimento a previsão explícita em lei, **evitar o abuso do poder regulatório de maneira a, indevidamente;**

(...)

VII - introduzir limites à livre formação de sociedades empresariais ou de atividades econômicas; (Grifamos)

44. Diante da ausência de provas que demonstram a ilegalidade de fato, não cabe a destituição ao grupo de leiloeiros.

CONCLUSÃO

45. Portanto, pelas razões de fato e de direito acima aduzidas, conclui-se pelo CONHECIMENTO e PROVIMENTO do presente recurso, de modo que a decisão do Colégio de Vogais da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina, merece ser reformada, pois, os elementos presentes neste processo, não justificam a aplicação da penalidade de destituição.

LUIZ FERNANDO ZAKAREWICZ NETO

Estagiário

MIRIAM DA SILVA ANJOS

Coordenadora

De acordo.

Adotando a fundamentação acima, e com base na competência que me foi atribuída pelo art. 47 da Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, com redação dada pela Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019, DOU PROVIMENTO ao Recurso ao DREI nº 14021.130060/2022-36, para que seja reformada a decisão do Colégio de Vogais da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina que impôs aos leiloeiros **Júlio Ramos Luz, Simone Wenning, Roger Wenning, Marcus Rogério Araújo Samoel, Diorgenes Valério Jorge, Michele Pacheco da rosa Sandor, Anderson Luchtenberg e Paulo Roberto Worm** a penalidade de destituição, na medida em que no presente caso, não cabe interpretação ampliativa do conceito de sociedade e, por consequência não cabe aplicação da penalidade com base no art. 36, letra "a", inciso 2, do Decreto nº 21.981, de 1932.

Oficie-se a Junta Comercial do Estado de Santa Catarina, para que dê ciência às partes da presente decisão.

Publique-se.

ALFREDO GONÇALVES NASCIMENTO

Diretor Substituto

1. <https://pt.wikipedia.org/wiki/Coworking>

2. A Instrução Normativa DREI nº 52, de 29 de julho de 2022, manteve as mesmas penalidades que constam da Instrução Normativa DREI nº 17, de 5 de dezembro de 2013, para as situações analisadas nos autos.

3. ATTOS, Mauro Roberto Gomes de. A acusação no processo administrativo disciplinar deve ser circunstanciada, objetiva, direta e ter previsão em um tipo legal. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/10702/a-acusacao-no-processo-administrativo-dis-ciplinar-deve-ser-circunstanciada-objetiva-direta-e-ter-previsao-em-um-tipo-legal>. Acesso em 14/02/2017.



Documento assinado eletronicamente por **Miriam da Silva Anjos, Agente Administrativo**, em 07/02/2023, às 09:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alfredo Gonçalves Nascimento, Diretor(a) Substituto(a)**, em 07/02/2023, às 09:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.economia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **30200440** e o código CRC **98D7A0EF**.

Referência: Processo nº 14021.130060/2022-36.

SEI nº 30200440